

# Combate à Desertificação dos Açores

Os Açores é a região que apresenta um défice populacional com agravantes diferenças dimensionais de ilha para ilha, onde 2 das 9 ilhas do arquipélago apresentam saldo positivo no que concerne ao aumento populacional e onde as outras 7 apresentam um decréscimo populacional preocupante, comparativamente aos anos transatos.

Ao longo dos sucessivos governos socialistas onde foram inexistentes propostas para combater o aumento de fluxo migratório de ilhas com menor densidade populacional, o mesmo Partido Socialista deixou cair em poço fundo a estabilidade social e económica do arquipélago, onde é visível as diferenças demográficas apresentadas e que visam sobretudo a possibilidade de desertificação de algumas ilhas dos Açores, criando graves problemas económicos e sociais.

Como podemos observar, o Serviço Regional de Estatística dos Açores apresentou no último ano dados estatísticos sobre a demografia dos Açores e a sua variação, onde a ilha das Flores apresenta de 1864 a 2019 um decréscimo populacional de 65.5% o que equivale a um decréscimo de 6880 habitantes na ilha, sem contabilizar todos os estudantes deslocados que continuam com a residência fiscal na sua ilha de residência e que contabilizam como residentes locais.

Com o elevado decréscimo populacional nos Açores, temos assistido a um aumento circunstancial no que toca à média de idades por localidade, traduzindo-se que cada vez mais a taxa de natalidade venha a ter tendências de não fazer face à difícil tarefa de rejuvenescimento populacional.

É de ressaltar acima de tudo, o esforço que este atual governo tem aplicado no que concerne às creches gratuitas, ao complemento do abono de família, chegando a mais de 34 mil crianças açorianas e sendo como uma das bandeiras de apoio social para o plano e orçamento da região para 2023.

Além disso, cada vez mais os jovens procuram por uma graduação superior, o que está inerentemente ligado a uma baixa demografia, tanto pela necessidade de ingressar fora da ilha para a sua formação, como, na sua maioria, por não regressarem à sua ilha origem, não só pela dificuldade que os mercados apresentam e pela baixa oferta, o que muitas vezes levam os jovens a abdicar de voltar às suas origens para se fixarem em grandes centros urbanos e onde a oferta é consideravelmente superior, acabando por ser considerado com elevado fator ponderativo.

A região, através da nossa estrutura, necessita apresentar, de forma ponderada, mas com rápida eficácia, uma panóplia de soluções que façam que as ilhas de origem sejam uma opção no que concerne à escolha de local de residência fixa e que inerentemente, os jovens possam voltar à sua casa-mãe que é a sua ilha.

Em suma, conseguir um fluxo de movimentação das ilhas mais populosas para outras, incentivando a fixação através de diversos benefícios, que possam atrair os jovens, em fase prematura de escolha de localidade, oferecendo assim condições para um rejuvenescimento populacional local.

Ainda assim, sugiro:

Incentivos à natalidade em ilhas onde a taxa bruta de natalidade seja negativa, em vista a favorecer os casais mais jovens e com que os mesmos se sintam que é possível garantir um princípio de estabilidade em ilhas de menor dimensão

Incentivos fiscais à compra de terrenos habitacionais com ruínas, onde o interesse de habitação/construção nos últimos 15 anos não tenha sido demonstrado, o que fará com que a região passe a garantir menos edifícios devolutos e a obter cada vez mais casas habitadas, construindo também um maior movimento populacional nos meios locais e rurais

Incentivos fiscais a jovens que se desloquem para ilhas de menor densidade populacional, fazendo que se torne mais apetecível qualquer jovem

Criação de um programa Regressa+ onde se incentiva os jovens a que se deslocaram para fora da região com o objetivo de aumentar o seu conhecimento e formação, que venham aplicar o mesmo para a região, onde possam ser fontes de inovação, de empreendedorismo e sobretudo de renovação de técnicas adquiridas nas suas zonas de formação.

Pretende-se que com estas medidas, a medio trecho, os jovens possam novamente dispersar pelas 9 ilhas do arquipélago e voltar a ter a possibilidade de escolha relativamente à opção de regressar a casa, sem constrangimentos nem que o peso económico seja o maior fator de ponderação no que toca à procura de novas oportunidades, possibilitando assim uma maior estabilidade e ajudando a desenvolver as economias locais.

Bruno Ribeiro Rodrigues,

militante 237236